



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANTONIA MAYANE FERREIRA DE FREITAS SILVA

**DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM OLHAR SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ANTONIA MAYANE FERREIRA DE FREITAS SILVA

**DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM OLHAR SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S578d

Silva, Antonia Mayane Ferreira de Freitas.

Desigualdades nas relações internacionais : um olhar sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável / Antonia Mayane Ferreira de Freitas Silva. - 2024.
28 f.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Basilele Malomalo.

1. Relações internacionais. 2. Redução das desigualdades. 3. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327

ANTONIA MAYANE FERREIRA DE FREITAS SILVA

**DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UM OLHAR SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 25/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basílele Malomalo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A Deus.

Aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste projeto:

A todos que me apoiaram ao longo destes anos de esforços, em especial minha família e amigos. Vocês foram meu alicerce e força durante esta longa e difícil jornada.

Aos amigos e colegas de curso que compartilharam experiências e conhecimentos. Tornando essa jornada mais leve e enriquecedora.

Agradeço ao meu orientador Basílele Malomalo, pela orientação, paciência e pelas valiosas contribuições que enriqueceram ainda mais o meu trabalho.

À instituição de ensino UNILAB, pela oportunidade de aprendizado, acesso aos recursos e ambiente propício para o desenvolvimento deste projeto.

A todos que, de alguma forma, contribuíram, meu mais sincero agradecimento.

Este projeto não seria possível sem vocês. Obrigado!

RESUMO

Este estudo investiga a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica dos teóricos das Relações Internacionais, com foco na desigualdade e responsabilidades globais. A pesquisa analisa diversas perspectivas teórica, como neorrealismo, neoliberalismo e abordagens marxistas, destacando a importância da desigualdade internacional na compreensão dos desafios globais. Os ODS representam uma mudança para uma visão mais holística, abordando não apenas aspectos socioeconômicos, mas também questões ambientais. Teóricos como Walt Whitman Rostow, Sankaran Krishna, Theotônio dos Santos e outros oferecem diferentes lentes para interpretar o desenvolvimento sustentável e a desigualdade global, enquanto Amartya Sen destaca a importância das liberdades fundamentais. Os pesquisadores buscam endereçar preocupações levantadas por essas teorias, promovendo cooperação internacional e uma abordagem multidimensional que reconhece a complexidade da desigualdade global. No entanto, apesar dos avanços, os desafios persistem, exigindo esforços contínuos e uma abordagem integrada para alcançar as metas até 2030.

Palavras-chave: relações internacionais; redução das desigualdades; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study investigates the transition from the Millennium Development Goals (MDGs) to the Sustainable Development Goals (SDGs) from the perspective of International Relations theorists, with a focus on inequality and global responsibilities. The research analyzes various theoretical perspectives, such as neorealism, neoliberalism and Marxist approaches, highlighting the importance of international inequality in understanding global challenges. The SDGs represent a shift towards a more holistic vision, addressing not only socio-economic aspects, but also environmental issues. Theorists such as Walt Whitman Rostow, Sankaran Krishna, Theotônio dos Santos and others offer different lenses for interpreting sustainable development and global inequality, while Amartya Sen highlights the importance of fundamental freedoms. Researchers seek to address concerns raised by these theories, promoting international cooperation and a multidimensional approach that recognizes the complexity of global inequality. However, despite progress, challenges remain, requiring continued efforts and an integrated approach to achieve the goals by 2030.

Keywords: international relations; reduction of inequalities; Millennium Development Goals; Sustainable Development Goals.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DESIGUALDADES VISTAS A PARTIR DO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	12
3	DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE GLOBAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À CÚPULA DO MILÊNIO	15
4	TRAJETÓRIA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DAS CÚPULAS GLOBAIS ÀS METAS DA AGENDA 2030	19
5	ANÁLISE DOS ODS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	21
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A temática da desigualdade nas relações internacionais representa um ponto importante para a compreensão dos desafios e impasses enfrentados no cenário global. Tanto no âmbito do neorrealismo quanto do neoliberalismo, assim como nas abordagens marxistas, a desigualdade internacional emergiu como um ponto chave, demandando uma análise multifacetada.

Este trabalho foi inspirado por uma experiência relevante que tive na infância. Natural do interior da Bahia, já tinha a percepção de que as questões básicas, como água limpa e esgoto, eram extremamente difíceis devido à condição de morar distante de tudo.

A experiência que tive influenciou minha compreensão sobre as desigualdades e como elas seriam inseridas a partir do campo das Relações Internacionais pautando os organismos internacionais.

A persistência da desigualdade global representa um desafio substancial para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, como os teóricos das Relações Internacionais convergem ou divergem na análise da transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Para responder essa pergunta foi estabelecido que o objetivo principal deste estudo é investigar como os teóricos das Relações Internacionais convergem ou divergem na análise da transição dos ODM para os ODS, concentrando-se nas questões de desigualdade e responsabilidades globais. Analisa-se, especificamente, o enfrentamento das desigualdades a partir dos programas das Nações Unidas, focando nos Objetivos de Milênios e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; examina-se as estratégias e abordagens utilizadas pelos atores globais para enfrentar a desigualdade e promover relações mais equitativas e sustentáveis.

A investigação proposta é fundamental para orientar os debates sobre políticas de desenvolvimento e cooperação internacional, proporcionando insights valiosos para abordagens mais eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução das disparidades globais.

Este estudo se apoia em uma abordagem interdisciplinar e se desenvolve a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Por meio da pesquisa bibliográfica, examina-se as diversas perspectivas teóricas (Da Silva, M.; De Oliveira; Da Silva, G., 2021) sobre a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial ênfase nas questões relacionadas à

desigualdade e às responsabilidades globais.

A pesquisa envolveu uma busca em bases de dados acadêmicas, examinando trabalhos que abordam as teorias dos estudiosos das Relações Internacionais em relação à questão de desigualdade e transição dos ODM para os ODS. A análise qualitativa utilizada concentra-se na identificação de padrões, convergências e divergências nas interpretações desses teóricos, proporcionando uma compreensão aprofundada das diferentes perspectivas sobre o tema em questão.

Este trabalho foi dividido em quatro seções.

Na primeira seção, Desigualdades vistas a partir do campo das Relações Internacionais, discutiu-se as diversas formas de desigualdade que se manifestaram nesse campo, incluindo desigualdades econômicas, sociais e políticas. Analisou-se as teorias que explicam essas desigualdades e suas implicações para a cooperação internacional, contextualizando o cenário atual.

Em Desenvolvimento e Desigualdade Global: Da Conferência de Estocolmo à Cúpula do Milênio, realizou-se uma análise histórica das principais conferências internacionais que moldaram a discussão sobre desenvolvimento e desigualdade, começando pela Conferência de Estocolmo em 1972 e chegando à Cúpula do Milênio em 2000. Nessa parte, discutiram-se os compromissos assumidos e os resultados alcançados ao longo desse período.

Na seção Trajetória dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Das Cúpulas Globais às Metas da Agenda 2030, examinou-se a evolução dos ODS, desde sua formulação até a adoção na Agenda 2030. Destacaram-se os principais marcos históricos e as implicações dessas metas para a redução das desigualdades globais, enfatizando como os ODS foram moldados por demandas sociais e ambientais emergentes.

Na Análise dos ODS como instrumento de política internacional para redução das desigualdades, discutiu-se os ODS como um mecanismo de política internacional, e as críticas feitas pelos autores das Relações Internacionais. Por fim, as Considerações finais apresentaram um resumo das principais reflexões do trabalho, destacando a importância da continuidade do debate sobre desigualdades nas relações internacionais e o papel fundamental dos ODS na construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

2 DESIGUALDADES VISTAS A PARTIR DO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tanto no neorrealismo quanto no neoliberalismo, houve esforços para entender a questão da desigualdade internacional, que se tornou um tema crucial nas Relações Internacionais. O marxismo, juntamente, com outras abordagens teóricas, também se concentrou significativamente nessa questão. Como resultado, diferentes abordagens, para lidar com o desafio da desigualdade, surgiram em diferentes regiões do mundo, tanto no Norte quanto no Sul Global, influenciadas por uma variedade de perspectivas teóricas (Guerra, 2019).

Guerra (2019) seleciona alguns autores nas relações internacionais que discorreram sobre a desigualdade. Dentre eles estão: Kwame N’Krumah (1967), Gunder Frank (2010 [1966]), Walt Whitman Rostow (1974 [1959]), Robert Tucker (1977), Theotônio Dos Santos (2011 [1970]), Stephen Krasner (1985), John Rawls (2000), Thomas Pogge (2001), Charles Beitz (2001), Sankaran Krishna (2009), François Bourguignon (2015).

Para Guerra (2019), W.W. Rostow (1974 [1959]) é conhecido como o autor da teoria da modernização, que apresenta um modelo universal de desenvolvimento econômico em cinco estágios. Sankaran Krishna (2009) criticou essa teoria a partir de abordagens marxistas.

Entre suas principais críticas, Krishna (2009) argumenta que a teoria ignora as particularidades históricas e culturais de diferentes países, sugerindo que todos devem seguir o mesmo caminho para se desenvolver. Ele vê essa abordagem como uma continuação de narrativas coloniais, que tratam o desenvolvimento ocidental como superior e marginalizam as experiências de outros países, perpetuando desigualdades globais.

Dos Santos (2011 [1970]) é um representante da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que analisa as desigualdades sistêmicas entre países do centro e da periferia global. Gunder Frank (2010 [1966]), também representante dessa teoria, identifica o desenvolvimento desigual como inerente ao capitalismo global. Kwame N’Krumah (1967), intelectual e presidente de Gana independente, abordou o neocolonialismo e a dependência. Stephen Krasner (1985) propôs uma abordagem realista às reivindicações do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Robert Tucker (1977) identificou uma “nova sensibilidade internacional” entre as elites políticas e intelectuais dos países desenvolvidos e industrializados. John Rawls (2000) propôs um “dever de assistência” dos países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos, enfatizando a responsabilidade moral. Thomas Pogge (2001) reconheceu o papel das

instituições globais na intensificação das desigualdades e propôs um comprometimento dos países ricos para combater a pobreza. Charles Beitz (2001) propôs ações transnacionais para promover medidas de combate à desigualdade, enfatizando o empoderamento e a capacidade de agência local. François Bourguignon (2015) reconheceu a questão das desigualdades internacionais e propôs a adequação dos países do Sul Global aos padrões de desenvolvimento dos países industrializados.

O que se pode observar é que cada um desses autores observam a desigualdade por uma ênfase. W.W. Rostow (1974 [1959]) focou na modernização e no desenvolvimento econômico. Sankaran Krishna (2009) trouxe uma crítica com base em abordagens marxistas. Dos Santos (2011 [1970]) destacou-se na Teoria Marxista da Dependência e na análise das desigualdades sistêmicas. Gunder Frank (2010 [1966]) identificou o desenvolvimento desigual inerente ao capitalismo global. Kwame N’Krumah (1967) abordou o neocolonialismo e a dependência. Stephen Krasner (1985) propôs uma visão realista e a Nova Ordem Econômica Internacional. Robert Tucker (1977) observou uma nova sensibilidade internacional entre elites políticas e intelectuais dos países desenvolvidos. John Rawls (2000) enfatizou o dever assistencial e a responsabilidade moral dos países desenvolvidos. Thomas Pogge (2001) reconheceu o papel das instituições globais no agravamento das desigualdades e propôs combate à pobreza. Charles Beitz (2001) defendeu ações transnacionais e o empoderamento local na luta contra a desigualdade. François Bourguignon (2015) reconheceu as desigualdades internacionais e propôs a adequação dos países do Sul Global aos padrões de desenvolvimento dos países industrializados.

Essas ênfases demonstram que o problema da desigualdade é tratado pelo viés econômico ou pelo viés político.

Essa síntese demonstra que a desigualdade nas relações internacionais é multifacetada e discutida sobre perspectivas que não coadunam em um caminho comum. Nesse contexto, quando uma instituição internacional se propõe a resolver o caminho da desigualdade, ela adotará uma perspectiva em detrimento da outra (Simionato, 2008).

De acordo com Simionato (2008), a perspectiva teórica que se aproxima mais da abordagem analítica da desigualdade adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) é a do pensador Amartya Sen (2001). Amartya Sen (2001) argumenta que a desigualdade é a falta de oportunidades resultante da privação de liberdades fundamentais e do acesso a condições básicas de vida, como saúde, educação, saneamento e alimentação. Ele defende que ao garantir essas “liberdades”, as pessoas se tornam capazes de agir como agentes livres na construção de seu futuro. Sen (2001) destaca que o “conjunto de possibilidades de escolha”

representa as diversas capacidades potenciais que um indivíduo pode alcançar para promover seu bem-estar e engajar-se em diferentes esferas da sociedade.

Sen (2001) elabora sua teoria considerando a liberdade do indivíduo como um ser isolado, capaz de promover seu próprio desenvolvimento por meio do mercado e influenciar seu destino. Ele desloca o foco das análises de desigualdade, antes centradas no coeficiente de Gini¹ e na renda, para um conjunto mais amplo de fatores que determinam as “capacidades de funcionamento” das pessoas e famílias. Isso inclui a forma como os bens são produzidos em uma sociedade, sua disponibilidade e os meios de acesso.

Sabe-se, por conseguinte, que além de uma perspectiva teórica em que a instituição se encontra, está também o conflito de interesses dos países. Assim sendo, a instituição, tem sua perspectiva, mas não, necessariamente, essa perspectiva é a melhor para todos (Machado, 2007). É, nessa esteira, que se ocorre a discussão da desigualdade que permeou o debate sobre o desenvolvimento sustentável, conforme será demonstrado no próximo tópico.

¹ O Índice de Gini, desenvolvido pelo matemático italiano Conrado Gini, é uma ferramenta para mensurar o nível de distribuição de renda em um determinado grupo populacional. Ele aponta a disparidade entre os ganhos dos estratos mais pobres e mais ricos. Numericamente, sua escala varia de zero a um (ou de zero a cem em algumas representações). O valor zero reflete a igualdade, onde todos têm renda idêntica, enquanto o valor um (ou cem) indica a extrema concentração, em que uma única pessoa detém toda a riqueza. Normalmente, o Índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos da população (Wolffebüttel, 2004).

3 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE GLOBAL: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À CÚPULA DO MILÊNIO

Desde a aprovação da “Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social” pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1969, a ideia de desenvolvimento social integral tem sido um ponto central na agenda internacional (ONU, 1969). No entanto, desde o início, a desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento começou a se manifestar, destacando a disparidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

O “Relatório sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente” de 1971, também conhecido como Relatório Founex, destacou a interligação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. No entanto, a perspectiva apresentada no relatório argumentava que a degradação ambiental nos países desenvolvidos estava ligada ao modelo de desenvolvimento adotado, enquanto nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais eram consequência do subdesenvolvimento e da pobreza. Essa visão ressaltou a desigualdade global, indicando que as consequências ambientais negativas recairiam de maneira desproporcional sobre os países menos desenvolvidos (Barbieri, 2020).

O “Relatório dos Limites ao Crescimento” ou “Relatório do Clube de Roma” de 1972 trouxe uma visão quase apocalíptica das consequências do crescimento econômico contínuo. Esta análise destacou a desigualdade intrínseca, indicando que o modelo de crescimento vigente prejudicaria principalmente os países em desenvolvimento, exacerbando assim a disparidade na distribuição dos impactos ambientais (Barbieri, 2020).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, marcou um marco essencial como o primeiro grande encontro internacional focado no meio ambiente, destacando a interligação entre humanidade e natureza. Apesar dos esforços ativos da URSS, a ausência foi motivada por restrições de participação da AGNU, causando a exclusão da República Democrática Alemã e a inclusão da República Federal da Alemanha. Isso evidenciou as disparidades e desigualdades nas representações políticas internacionais (Bunde; Rizzi; Carvalho, 2020).

As discussões na Conferência de Estocolmo delinearam distintas abordagens, com os países em desenvolvimento, favorecendo o conservacionismo, que propunha uma exploração controlada dos recursos naturais para o desenvolvimento. Em contraste, os países desenvolvidos defendiam o preservacionismo, mantendo a natureza intocada. Esta dicotomia refletiu debates sobre crescimento zero e teorias neomalthusianas relacionadas ao crescimento populacional descontrolado e sua consequente degradação ambiental. Aspectos como

financiamento, responsabilidade compartilhada e custos tornaram-se centrais nas negociações ambientais a partir da conferência, evidenciando as desigualdades na distribuição de recursos e ônus (Fragas; Dos Santos Correia, 2019).

Um legado importante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi a inclusão mais significativa e influente dos países em desenvolvimento nas negociações ambientais. O termo “ecodesenvolvimento” foi cunhado pelo secretário-geral da conferência, propondo uma abordagem alternativa de crescimento econômico (Barbieri, 2020).

As principais decisões tomadas em Estocolmo se dividem em três grupos: a Declaração de Estocolmo, delineando princípios de ação não vinculativos, o Plano de Ação de Estocolmo com 109 recomendações para conter a degradação ambiental, e cinco resoluções que envolviam desde a proibição de testes nucleares até a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e um fundo ambiental internacional. O PNUMA, fundado em 1972 e sediado em Nairóbi, tem como objetivo coordenar esforços internacionais para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, contribuindo para diretrizes ambientais, financiamento e projetos de desenvolvimento (Barbieri, 2020).

O sucesso da Conferência de Estocolmo influenciou substancialmente outras conferências da ONU no futuro. O Relatório Brandt, divulgado em 1980 sob o título “Norte-Sul: um Programa para a Sobrevivência” resultou dos esforços da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional, liderada por Willy Brandt, ex-chanceler alemão. Seu objetivo era reduzir a disparidade econômica crescente entre nações ricas do Norte e países empobrecidos do Sul. Paralelamente, em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), juntamente com o PNUMA, WWF, FAO e UNESCO, introduziu a “Estratégia Mundial de Conservação”. Este foi o primeiro documento a conectar a conservação ambiental com o processo de desenvolvimento, destacando a noção inicial de “desenvolvimento sustentável”, mais tarde expandida pela Comissão Brundtland (Wickstead, 2015).

A Estratégia Mundial de Conservação delineou pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a importância de considerar aspectos sociais, ecológicos e econômicos, além das consequências a longo e curto prazo das ações alternativas. Em 1983, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada por Gro Brundtland. Seu relatório de 1987, conhecido como Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, explorou a interseção entre desenvolvimento econômico e questões ambientais, apresentando a definição clássica de

desenvolvimento sustentável (Favacho, 2023).

Pela primeira vez, o Relatório Brundtland enfatizou a erradicação da pobreza como condição fundamental para alcançar um desenvolvimento ecológico sustentável, superando a antiga dicotomia entre desenvolvimento e preservação ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio-92) realizada no Rio de Janeiro em 1992 endossou politicamente o conceito de desenvolvimento sustentável delineado no Relatório Brundtland. A partir desse ponto, o desenvolvimento sustentável foi percebido como um conceito multidimensional, englobando as esferas ambiental, social e econômica (Favacho, 2023).

Ficou reconhecida a necessidade de oferecer apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento para avançarem rumo ao desenvolvimento sustentável. Os países em desenvolvimento fortaleceram suas posições, enquanto o contexto político internacional levou os países desenvolvidos a aceitar princípios como responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, considerando as capacidades históricas, econômicas e tecnológicas para promover políticas de preservação e reparação ambiental.

A escolha de um país em desenvolvimento para sediar a conferência destacou a necessidade de um envolvimento coletivo que incorporasse as aspirações do Sul. Além disso, a participação de ONGs, especialistas, cientistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil evidenciou um aumento significativo no engajamento social com a questão ambiental e de desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) resultou em importantes marcos, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 e a Declaração de Princípios sobre as Florestas. A Declaração do Rio reconheceu princípios fundamentais, incluindo a necessidade de considerar as peculiaridades de cada país em seu desenvolvimento, a maior vulnerabilidade ambiental dos países menos desenvolvidos e a noção de responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, diante da degradação ambiental (Arpina *et al*, 2023).

A Agenda 21, composta por 41 capítulos, propôs a criação da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável dentro da estrutura da ONU. Este documento estabeleceu um plano de ação abrangente que delineava esforços em curto, médio e longo prazo em diversas áreas, incluindo questões como desmatamento, biodiversidade, biotecnologia, financiamento e outras temáticas relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável (Arpina *et al*, 2023).

Durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995, houve um reconhecimento unânime da importância de priorizar as pessoas no contexto do

desenvolvimento. Os participantes defenderam a abordagem da pobreza, a busca pelo pleno emprego e a promoção da integração social como objetivos fundamentais do desenvolvimento. Ao final do encontro, os governos adotaram tanto uma Declaração quanto um Programa de Ação.

Na Cúpula do Milênio, realizada em 2000, foram estabelecidos os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), compreendendo oito metas específicas relacionadas à erradicação da pobreza extrema e da fome, alcance da educação primária universal, promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental e estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento. No entanto, a criação dos ODM não foi acompanhada por mecanismos de financiamento adequados para capacitar principalmente os PEDs, os principais destinatários desses objetivos, a alcançarem essas metas. A falta de investimento adequado destacou as desigualdades persistentes na capacidade de implementar ações efetivas, especialmente nos países em desenvolvimento (Jubilut *et al*, 2020).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), debatidos na Assembleia Geral da ONU, foram formulados considerando os desdobramentos da Rio+20 e incorporando a herança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Estes últimos consistiam em oito metas destinadas a combater a pobreza, as quais a comunidade global se comprometeu a alcançar até o ano de 2015 (Fagundes; Zeifert; De Siqueira, 2020).

A desigualdade persistente é evidenciada não apenas entre nações, mas também dentro delas. As discussões sobre responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, reconhecem as discrepâncias históricas e econômicas, mas a implementação efetiva desses princípios permanece um desafio.

Em retrospectiva, a trajetória desde a “Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social” em 1969 até a formulação dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” em 2000 revela um percurso significativo na busca por um mundo mais sustentável e equitativo. Contudo, uma constante que permeia essa evolução é a persistência da desigualdade global. As diversas conferências e relatórios refletem esforços para integrar considerações ambientais, sociais e econômicas, reconhecendo a interconexão dessas dimensões. No entanto, a lacuna entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como as disparidades internas, permanecem desafios intransigentes, é nesse contexto que se pretende o desenvolvimento sustentável.

4 TRAJETÓRIA DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DAS CÚPULAS GLOBAIS ÀS METAS DA AGENDA 2030

Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, teve lugar em Johannesburgo, buscando implementar a Agenda 21 de forma mais efetiva. Apesar dos esforços para promover o desenvolvimento sustentável, a desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento permaneceu evidente. A conferência consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social. No entanto, a relação entre agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente revelou desafios quanto à equidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento sustentável (Santos; Medeiros, 2020).

Os principais documentos assinados na Rio+10, como a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação de Johannesburgo, reiteraram compromissos anteriores. A Declaração enfatizou aspectos como cooperação internacional, empoderamento das mulheres, biodiversidade e redução da pobreza global. Apesar desses compromissos, os resultados práticos foram criticados por sua vagueza e compromissos menos rigorosos, evidenciando a desigualdade na eficácia das ações acordadas (Santos; Medeiros, 2020).

A Rio+20, em 2012, abordou a “economia verde” e a “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”, mas também enfrentou desafios emergentes em diversas áreas, incluindo a desigualdade na segurança alimentar, água, energia e emprego. O documento final, “O Futuro que Queremos”, adotado por consenso, estabeleceu um ponto de partida conceitual e político para uma agenda global de desenvolvimento sustentável no século XXI. No entanto, a eficácia dessas medidas em abordar as disparidades na implementação e impacto do desenvolvimento sustentável permaneceu uma preocupação.

A Rio+20 teve como resultado operacional significativo o início do processo para desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A criação da Agenda 2030 em 2015, que propõe 17 ODS e 169 metas, foi uma resposta a lacunas na promoção de uma abordagem equitativa do desenvolvimento sustentável. Esses ODS, integrando dimensões ambientais, econômicas e sociais, aplicam-se a todos os Estados membros da ONU, reconhecendo as desigualdades enfrentadas por países desenvolvidos e em desenvolvimento na busca pelo desenvolvimento sustentável (Layrargues, 2012).

As negociações que resultaram na Agenda 2030 reconheceram a necessidade de abordar questões de desigualdade global. O documento ambicioso visa a superação de

desafios em áreas como pobreza, nutrição, saúde, educação, gênero e desigualdade, refletindo um compromisso internacional em promover um desenvolvimento mais equitativo. No entanto, a implementação efetiva desses objetivos continua a depender da capacidade de superar as disparidades nas capacidades e recursos dos países, evidenciando a persistência das desigualdades no cenário global. O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, estabelecido na Rio+20, busca monitorar a implementação dos ODS, mas a desigualdade na capacidade dos países de relatar e abordar suas lacunas persistem como um desafio (Santos, Medeiros, 2020).

5 ANÁLISE DOS ODS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A trajetória de transformação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) marcou um avanço significativo na abordagem global para questões de desenvolvimento. Inicialmente estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o período de 2000 a 2015, os ODM concentravam-se em metas específicas, como a redução da pobreza extrema, a melhoria da saúde materna e infantil, e o combate a doenças como o HIV/AIDS.

A transição para os ODS, que vigoram de 2015 a 2030, reflete uma mudança paradigmática. Os ODS são mais abrangentes, incorporando uma visão holística do desenvolvimento sustentável que considera não apenas aspectos socioeconômicos, mas também questões ambientais. Ao contrário dos ODM, que eram mais focados em metas específicas, os ODS abordam uma ampla gama de desafios, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia limpa, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, paz, justiça e instituições eficazes, entre outros.

Essa transformação destaca a evolução do entendimento global sobre desenvolvimento sustentável, reconhecendo a interconexão entre dimensões sociais, econômicas e ambientais. Os ODS refletem uma abordagem mais inclusiva, enfatizando a necessidade de parcerias globais, cooperação entre países e setores, e a participação de uma variedade de atores, incluindo governos, sociedade civil e setor privado, para enfrentar os desafios complexos que o mundo enfrenta.

Essa mudança na abordagem, da redução de metas específicas para uma visão integrada e sustentável, reflete a compreensão de que o desenvolvimento verdadeiramente sustentável requer uma abordagem abrangente, considerando não apenas o alívio da pobreza imediata, mas também a promoção de padrões de vida sustentáveis para as gerações futuras. A trajetória dos ODM para os ODS destaca o compromisso global em alcançar um desenvolvimento que seja equitativo, resiliente e capaz de enfrentar os desafios emergentes do século XXI.

O texto demonstra que a trajetória dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, inclusive, o conceito de Desenvolvimento Sustentável perpassa pela desigualdade que está presente no Sistema Internacional. Conforme exposto, o debate ambiental foi feito sob a ótica política e econômica. Dessa forma é possível apreender que as dimensões ambientais

coadunam com as condições da política internacional.

A teoria da modernização de W.W. Rostow (1974 [1959]) é conhecida por apresentar um modelo universal de desenvolvimento econômico em cinco estágios. No entanto, Sankaran Krishna (2009) criticou essa teoria a partir de abordagens marxistas, apontando para simplificações e um foco excessivo no crescimento econômico, em detrimento de preocupações sociais e ambientais. Quando analisamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma iniciativa da ONU, podemos observar uma abordagem mais abrangente e contemporânea em relação à crítica de Krishna à teoria de Rostow. Os ODS buscam promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões - econômica, social e ambiental.

Diferentemente da teoria da modernização, os ODS adotam uma abordagem multidimensional, considerando não apenas o crescimento econômico, mas também questões de inclusão social, equidade e sustentabilidade ambiental. A ênfase nos ODS na erradicação da pobreza, participação da sociedade civil e na promoção de parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil reflete uma resposta às críticas marxistas que destacam as desigualdades econômicas e a necessidade de uma abordagem mais integrada e global para o desenvolvimento.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), representada por autores como Dos Santos (2011), Gunder Frank (2010) e Kwame N'Krumah (1967), analisa as desigualdades sistêmicas entre países do centro e da periferia global, destacando o papel do capitalismo global na perpetuação dessas disparidades. Por outro lado, Stephen Krasner, em 1985, propôs uma abordagem realista às reivindicações do Terceiro Mundo por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Quando analisamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à luz dessas teorias, observamos uma convergência em várias áreas. A TMD argumenta que as desigualdades no sistema global são inerentes ao capitalismo, enquanto os ODS refletem uma conscientização sobre essas disparidades, buscando promover um desenvolvimento mais equitativo. Além disso, a TMD destaca as relações de dependência entre países, especialmente entre o centro e a periferia. Os ODS, ao serem aplicáveis globalmente e promoverem a participação de diversos atores, reconhecem a interconexão dos desafios e a importância da cooperação internacional. A ênfase na sustentabilidade ambiental nos ODS pode ser vista como uma resposta às críticas sobre os impactos do desenvolvimento desigual no meio ambiente, alinhando-se com preocupações levantadas por alguns representantes da TMD.

Ao analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à luz das

perspectivas apresentadas pelos diferentes autores, observamos conexões significativas. Thomas Pogge (2001) destaca o papel das instituições globais nas desigualdades, propondo um comprometimento dos países ricos para combater a pobreza. Essa abordagem se alinha com a natureza global dos ODS, que reconhecem a importância da cooperação internacional para enfrentar desafios como a pobreza e desigualdades.

François Bourguignon (2015) propõe a adequação dos países do Sul Global aos padrões de desenvolvimento dos países industrializados, focando em desafios econômicos. Novamente, essa perspectiva ecoa nos ODS, que incluem metas relacionadas ao crescimento econômico sustentável e à redução das disparidades econômicas entre países.

Os autores de viés político, como Kwame N’Krumah (1967), Stephen Krasner (1985), Robert Tucker (1977), John Rawls (2000) e Charles Beitz (2001), abordam dinâmicas políticas globais, uma nova ordem econômica internacional e a responsabilidade moral nas relações internacionais. Essas preocupações estão refletidas nos ODS, que buscam promover justiça social, ambiental e econômica, reconhecendo a interconexão dos desafios globais. A síntese revela que a desigualdade nas relações internacionais é multifacetada e discutida por meio de perspectivas diversas. Os ODS, ao abordarem uma ampla gama de metas, refletem essa complexidade e buscam uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável.

A observação de Simionato (2008) sobre o desafio de instituições internacionais adotarem perspectivas em detrimento umas das outras destaca a complexidade na resolução da desigualdade. Isso enfatiza a importância do diálogo global e da consideração de diferentes pontos de vista na implementação efetiva dos ODS.

A análise conjunta das perspectivas de Amartya Sen (2001), Simionato (2008) e Machado (2007) revela uma visão holística sobre desigualdade e desenvolvimento sustentável, especialmente quando consideramos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sen (2001) propõe uma compreensão da desigualdade como a privação de liberdades fundamentais e acesso a condições básicas de vida. Ele destaca que garantir essas liberdades capacita as pessoas a agirem como agentes livres em seu próprio desenvolvimento. Esses princípios se alinham aos ODS, que buscam não apenas reduzir a pobreza, mas também promover a igualdade, saúde, educação e outros fatores essenciais para o bem-estar humano.

A mudança de foco proposta por Sen (2001) afastando-se de métricas tradicionais como o coeficiente de Gini e renda, e considerando as “capacidades de funcionamento”, é refletida nos ODS. Essa abordagem integrada busca abordar diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, incluindo a produção de bens, sua disponibilidade e os meios de acesso.

Machado (2007) destaca o conflito de interesses entre países e ressalta que a perspectiva institucional nem sempre é a melhor para todos. Essa observação destaca a complexidade na busca por soluções universais. Os ODS reconhecem essa complexidade ao envolverem uma ampla gama de atores e ao adotarem metas que abrangem diversas dimensões do desenvolvimento, reconhecendo a interconexão desses elementos.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável, conforme sugerido por Machado (2007), requer a consideração de múltiplos interesses e a persistência em um caminho que beneficie a todos. Os ODS representam um esforço nessa direção, promovendo metas que buscam equilibrar aspectos econômicos, sociais e ambientais. No entanto, enfrentam desafios inerentes à diversidade de perspectivas, o que destaca a necessidade de um compromisso global para alcançar um desenvolvimento sustentável benéfico para todos.

Amartya Sen (2001), que enfatiza a importância de garantir liberdades fundamentais, pode ver a mudança dos ODM para os ODS como um avanço, já que os ODS incorporam uma visão mais abrangente do desenvolvimento sustentável, abordando não apenas a pobreza, mas também outras dimensões críticas.

Simionato (2008), ao destacar a complexidade na resolução da desigualdade e a possibilidade de instituições internacionais adotarem perspectivas diversas, provavelmente considera a transição dos ODM para os ODS como um reconhecimento da necessidade de abordagens mais flexíveis e adaptáveis para enfrentar desafios globais.

Machado (2007), que destaca a diversidade de interesses e a necessidade de persistir em um caminho melhor para todos, vê a mudança como um esforço para incorporar uma gama mais ampla de objetivos, considerando diferentes perspectivas nacionais e regionais. Outros autores mencionados, como Pogge (2001), Bourguignon (2015), N'Krumah (1967), Krasner (1985), Rawls (2000) e Beitz (2001), cujas perspectivas foram discutidas de maneira mais ampla, inspiram-nos abordar a transição para os ODS como uma resposta mais alinhada com suas preocupações sobre desigualdade, justiça global e cooperação internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de transformação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representa um marco significativo na abordagem global para questões de desenvolvimento. A transição reflete não apenas uma mudança de metas específicas para uma visão mais holística, mas também uma evolução na compreensão global sobre desenvolvimento sustentável.

Os ODS, em vigor de 2015 a 2030, abraçam uma abordagem mais abrangente, considerando não apenas aspectos socioeconômicos, mas também questões ambientais. Ao contrário dos ODM, mais focalizados em metas específicas, os ODS abordam uma ampla gama de desafios, reconhecendo a interconexão entre dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento.

Essa transformação demonstra um compromisso global em alcançar um desenvolvimento que seja equitativo, resiliente e capaz de enfrentar os desafios emergentes do século XXI. A inclusão de metas relacionadas à erradicação da pobreza, igualdade de gênero, saúde e bem-estar, energia limpa e paz reflete uma resposta abrangente às complexidades do desenvolvimento sustentável.

Ao observar a perspectiva dos autores, a análise das teorias de W.W. Rostow (1974[1959]), Sankaran Krishna (2009), Dos Santos (2011[1970]), Gunder Frank (2010[1966]), Kwame N'Krumah (1967), Stephen Krasner (1985), Thomas Pogge (2001), François Bourguignon (2015), e outros contribui para a compreensão crítica dessa trajetória. As diferentes perspectivas, seja a teoria da modernização, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) ou abordagens mais políticas, oferecem lentes distintas para interpretar o desenvolvimento sustentável e a desigualdade global.

Os ODS buscam endereçar as preocupações levantadas por essas teorias, promovendo uma abordagem multidimensional que considera não apenas o crescimento econômico, mas também questões de inclusão social, equidade e sustentabilidade ambiental. A ênfase na cooperação internacional e parcerias reflete uma resposta direta às dinâmicas políticas globais e à necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional, conforme proposto por alguns teóricos.

A análise das perspectivas de Amartya Sen (2001), Simionato (2008) e Machado (2007) destaca a importância de considerar liberdades fundamentais, complexidades na resolução da desigualdade e a diversidade de interesses no contexto do desenvolvimento sustentável. Os ODS incorporam esses princípios, buscando promover um desenvolvimento

que capacite as pessoas, reconhecendo a complexidade na abordagem da desigualdade global.

No entanto, é essencial reconhecer que, apesar dos avanços, os desafios persistem. O cumprimento integral dos ODS até 2030 exigirá esforços contínuos, cooperação global e adaptação a dinâmicas em constante mudança. A interconexão entre as metas ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e colaborativa.

REFERÊNCIAS

- ARPINIA, Carlos Gabriel et al. A agenda 2030 e a internalização brasileira. **J Hum Growth Dev**, v. 33, n. 3, p. 487-492, 2023.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável**: das origens à Agenda 2030. Editora Vozes, 2020.
- BEITZ, Charles. Does Global Inequality Matter? **Metaphilosophy**, v. 32, p. 95-112, 2001.
- BOURGUIGNON, François. **The globalization of inequality**. Princeton University Press, 2015.
- BUNDE, Altacir; RIZZI, Kamilla; CARVALHO, Paulo Roberto. A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, v. 2, n. 2, p. 44-72, 2020.
- DA SILVA, Michele Maria; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Glênio Oliveira. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91-103, 2021.
- DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, v. 30, p. 5-18, 2011.
- FAVACHO, Frederico. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e o novo ambiente internacional para o agronegócio brasileiro. **Direito do Agronegócio, Sustentabilidade e Comércio Exterior**, v. 1, p. 106, 2022.
- FRAGAS, Erika Giulia Costa; DOS SANTOS CORRÊA, Solange Rodrigues. Acordos internacionais para o desenvolvimento com sustentabilidade. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales (RCCS)**, n. 4, p. 1, 2019.
- GUERRA, Lucas. A emergência do ‘Terceiro Mundo’ e a questão da desigualdade nas Relações Internacionais: respostas teóricas a partir do Norte e do Sul Global. **Conjuntura Global**, v. 8, n. 1, 2019.
- GUNDER FRANK, André. ‘The Development of Underdevelopment’. In: C. Chew e P. Lauderdale (eds.). **Theory and Methodology of World Development**: The writings of Andre Gunder Frank. New York: Palgrave Macmillan, p. 7-18, 2010.
- JUBILUT, Liliana Lyra *et al.* **Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030**. Boa Vista–RR. Editora: UFRR, 2020.
- KRASNER, Stephen. **Structural Conflict**: The Third World against Global Liberalism. Berkeley: University of California Press, 1985.
- KRISHNA, S. **Globalization and Postcolonialism**: Hegemony and Resistance in the TwentyFirst Century. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte

anos entre a Rio 92 e a Rio+ 20. **ComCiência**, n. 136, pág. 0-10, 2012.

MACHADO, Flavio Paulo Meirelles. Soberania e Meio Ambiente: A Adequação do Direito Internacional as Novas Necessidades de Gestão Ambiental e os Mecanismos da Onu para Resolução de Conflitos. **Braz. J. Int'l L.**, v. 4, p. 123, 2007.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

POGGE, Thomas. Priorities of Global Justice. **Metaphilosophy**, v. 32, n. 1/2, p. 6-24, 2001.

RAWLS, John. **The Law of Peoples**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, Daniel Medina Corrêa; MEDEIROS, T. A. Desenvolvimento sustentável e agenda 21 brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar da Uni São José, Rio de Janeiro**, v. 15, n. 1, p. 10-27, 2020.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. São Paulo: Record, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. Discussões Conceituais sobre a Desigualdade e suas Expressões na Realidade Contemporânea. **Sociedade em Debate**, v. 14, n. 2, p. 7-18, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolução 2542 (XXIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração sobre progresso e desenvolvimento social**. Disponível em: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-progressodesenvsocial.pdf>
Acesso em: 30 de outubro de 2023.

TUCKER, Robert. **The Inequality of Nations**. New York: Basic Books, 1977.

WICKSTEAD, Myles A. **Aid and Development: a brief introduction**. New York: Oxford University Press, 2015.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Desafios**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 1 nov. 2004. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em: 12 mar. 24.